Quero aproveitar e mandar um abraço a vereadora Adriana Ramalho, para que ela continue firme na presidência da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de São Paulo e continue trabalhando firme pela Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo. Aliás, mais uma informação. Acho que dados são sempre bons para nós que somos deputados. Conversando com o inspetor Adelson, comandante da GCM, fiquei sabendo hoje que há mais de 400 guardas municipais no estado de São Paulo.

Eu não sabia que já havia atingido esse número. Mais de 400 guardas. Quero alertar aos deputados para que se atentem a esse assunto das guardas municipais, que está em crescimento. Segurança Pública é um assunto discutido, toda hora, na questão política, principalmente na área federal. Como deputados, temos que estar atentos a essa tropa que vem crescendo, influenciando os municípios e trabalhando com os prefeitos. Sempre trabalhei firme nessa área, não só com a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnica Científica e com a Administração Penitenciária de São Paulo, mas também com as guardas municipais.

Ontem, na Comissão de Segurança, tivemos a presença do prezado secretário da Administração Penitenciária Lourival Gomes, que esteve conosco. Ele fez um relato sobre os trabalhos realizados à frente da secretaria e nos passou muitas informações sobre o crime organizado. Infelizmente, o crime organizado está a todo vapor. É uma realidade triste do nosso Estado.

Eu quero, publicamente, agradecer a presença do secretário Lourival. Obrigado pelos esclarecimentos. Nós dissemos a ele para contar com esta Casa. Sabemos que há 227 mil presidiários no estado de São Paulo. É a maior população carcerária do Brasil. Por incrível que pareça, as nossas cadeias e presídios estão tranquilos. É só fazermos um apanhado no Brasil para notar que o estado de São Paulo, com a maior população carcerária do País, está tranquilo. Por quê?

Porque há um trabalho forte do secretário Lourival e de toda a sua equipe. É uma equipe que trabalha com consciência, legalidade e com crítica, como sempre acontece, mas trabalha com o coração. Quero, mais uma vez, pedir ao Sr. Governador para que volte os olhos para o seu serviço público. Nós, da polícia, da Segurança Pública e da Administração Penitenciária, precisamos de um governador que valorize o nosso homem e a nossa mulher.

Temos aqui uma das malvadezas que está entrando. É o Projeto de lei nº 920. Há uma audiência pública na próxima quinta-feira. Contamos com o apoio de todos os deputados, todas as entidades de classe e de todo o funcionalismo. Essa audiência será realizada com o secretário para que tenhamos a certeza - por escrito, não basta a sua palavra - de que não será feita nenhuma "trambicagem" - desculpem-me o termo - com o funcionalismo público, de que serão mantidos todos os direitos e vantagens, e de que não haverá congelamento salarial. É gozado falar isso, porque já estamos, há três anos, com os salários congelados, mas queremos ter a certeza de que não continuará o congelamento, o arrocho salarial em cima do funcionalismo.

Sr. Presidente, gostaria que cópias deste pronunciamento sejam encaminhadas ao Sr. Governador do Estado, ao comandante do Batalhão Tobias de Aguiar, Sr. Mello Araújo, e ao comandante da Guarda Civil Metropolitana, inspetor Adelson, para que homenageassem o canil da Guarda Civil.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - O pedido de V. Exa. é regimental, e a Presidência procederá conforme solicitado pelo nobre deputado Coronel Telhada.

Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público presente, telespectadores da TV Assembleia, queria parabenizar o deputado Carlos Giannazi pelo discurso que V. Exa. fez em relação a essa ração humana, que está sendo bastante criticada por toda a população. É uma coisa absurda. Deputado Coronel Telhada, admiro a defesa que V. Exa. faz pelo seu segmento, que é a Polícia Militar.

De outro lado, realizamos no Auditório Paulo Kobayashi, nesta semana, uma audiência pública sobre o genocídio da juventude negra. Foi uma audiência solicitada pelo movimento negro, por várias entidades. Foi um debate que reavivou polêmicas, marcado pela emoção das falas das Mães de Maio, daquelas mães que perderam seus filhos há alguns anos. E esse assunto ainda está transcorrendo em São Paulo.

Na segunda-feira, a "Folha de S. Paulo" reforçou o que foi dito em muitas falas da audiência. Uma reportagem aponta que o local onde ocorrem mais mortes violentas é a cidade de São Paulo; e, incrivelmente, considerando a raça e a faixa etária, são os jovens negros.

O grande avanço dessa audiência foi apontar várias ações que podem ser realizadas, desde que haja uma coisa chamada vontade política. Se não houver isso, nada acontecerá.

As propostas apresentadas foram: a criação de uma lei que federaliza os crimes cometidos por policiais, assegura indenização imediata aos familiares de vítimas da violência, garante o acompanhamento psicológico às famílias que perderam parentes em decorrência de ações policiais, destina três por cento do ICMS para o Fundo Estadual de Igualdade Racial. Além disso, a criação de um projeto de lei que institua varas especializadas para tratar do genocídio e do feminicídio negro. Finalmente, a criação de uma frente parlamentar que combata o genocídio do povo negro.

Além disso, no próximo dia 20 de novembro... Daqui a pouco está chegando novembro, o mês da consciência negra. É o mês em que a população negra tem todos os direitos e oportunidades de falar de suas demandas. Acho isso um horror, mas o mês da consciência negra tem que acontecer. Será lançada uma campanha contra o genocídio da juventude negra.

Quero aproveitar para citar as pessoas que tiveram protagonismo nessa audiência, que compuseram a mesa de debates: a Adriana Moreira, da Frente Alternativa Preta; a Katiara Oliveira, da Rede de Enfrentamento ao Genocídio; a Maria José Menezes, da Marcha das Mulheres Negras; a Cláudia Adão, da Convergência Negra.

Também quero expressar nosso profundo agradecimento ao nosso cerimonial, a nossa assessora parlamentar Rosina Conceição, que inclusive foi criticada por pessoas que estavam na audiência pelo fato de ter dado a palavra ao poder público que estava na mesa. Afinal de contas, temos que ter isonomia. Todas as pessoas que vieram à audiência devem falar, todas elas: as que querem reclamar e as que têm que fazer uma prestação de contas.

Por isso, faço questão de citar a presença do deputado Carlos Bezerra Jr.; da Olaya Hanashiro, que é do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; da Ana Cláudia Carvalho, da Secretaria de Segurança Pública; da Dr. Carmem Dora, da Comissão Especial de Igualdade Racial da OAB; do Rafael Guedes, da Defensoria Pública; do capitão Washington de Almeida, da Corregedoria da Polícia Militar; e da professora Elisa Lucas, coordenadora da Igualdade Racial da Coordenadoria de Políticas para a População Negra e Indígena.

O que esperamos é que haja um encaminhamento para que possamos definitivamente cessar a violência de qualquer ordem. Não aguentamos mais - como disse há pouco o deputado Orlando Bolçone - ligar a televisão ou o rádio e ouvirmos notícias totalmente ruins. Estamos sem esperanças, sem perspectivas e não podemos permanecer nessa situação.

Deputado Coronel Telhada, o Brasil é um país maravilhoso, tem um povo lindo, um povo incrível, um povo que tem cultura, que dá alegria para as pessoas, mas precisamos, de uma vez por todas, acabar com as notícias de violência. Ninguém suporta mais, ninguém aguenta mais. Está na hora de construirmos mais escolas e universidades e diminuirmos a construção de cadeias. Precisamos oferecer acesso e inclusão para que as pessoas possam ter educação e cultura. Tenho certeza de que esses dois caminhos irão desviar a juventude da violência.

Muito obrigada pela atenção. Que Deus abençoe todos nós.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Amém. Obrigado, querida deputada Leci Brandão. Conte com o nosso apoio. Nós também entendemos que a cultura e a educação são a saída para sair da violência o mais rápido possível.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, quero me colocar, novamente, contra o Projeto de lei nº 920, de 2017, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo governador Alckmin. Esse nefasto e perverso projeto vai piorar ainda mais a situação tanto de prestação de serviços públicos para a população, como também a situação de arrocho e defasagem salarial dos servidores. É um dos maiores ataques aos servidores e aos serviços públicos do estado de São Paulo de todos os tempos. Não há dúvidas em relação a isso.

O projeto de lei autoriza o governador a renegociar a dívida do estado com a União. A dívida será alongada por mais alguns anos. Em contrapartida, o governo tem que, praticamente, congelar as despesas primárias. E nas despesas primárias nós temos a inclusão, logicamente, dos salários dos nossos servidores.

Eu tenho a informação de que o governador já assinou o acordo com o governo federal sem consultar a Assembleia Legislativa, sem que o projeto tivesse sido aprovado, porque ele encaminhou agora o projeto de lei. Parece-me que, primeiro, ele assinou o acordo com a União, e a União pede a contrapartida. A contrapartida da União é, justamente, o arrocho salarial, o confisco salarial dos servidores, o congelamento das evoluções funcionais. Quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio, tudo isso entra no processo de congelamento, no mínimo, por dois anos.

Sempre lembro - nós temos que ter coerência - que essa proposta de renegociação vem do PLP nº 257, que a presidente Dilma encaminhou ao Congresso Nacional. Depois da tramitação, virou a Lei Complementar nº 156, que dá o suporte que fundamenta a renegociação das dívidas dos estados com a União. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de destacar.

Nós somos totalmente contra. Nós estamos na mobilização tanto para a audiência pública que vai ser realizada aqui, no plenário, dia 26, como também no grande ato que ocorrerá dia 27 em São Paulo, contra a tramitação desse projeto. Nós queremos que o projeto seja retirado imediatamente da Assembleia Legislativa. Não há a mínima possibilidade de sua aprovação. A sociedade é contra, porque não só os servidores serão prejudicados, mas também toda a população, porque haverá a redução de investimentos nas áreas sociais, como preconizou a PEC nº 55, que já virou a Emenda nº 95, aquela emenda do Temer à Constituição Federal, que congelou os investimentos por 20 anos em todas as áreas sociais.

O que está por trás desse Projeto nº 920 é a transferência de recursos públicos para o pagamento da dívida pública brasileira. É isso o que está por trás, para pagar os credores, os investidores da dívida pública, os bancos, os banqueiros nacionais e internacionais. São eles que ganham com todo esse arrocho e com essa renegociação da dívida do estado de São Paulo.

Eu estou chocado porque nós recebemos os dados da própria Secretaria da Fazenda referentes à apuração do cumprimento do limite legal da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estou com o demonstrativo da despesa com o pessoal, do primeiro semestre. O que diz o relatório do governo, da Secretaria da Fazenda? Que o governo estadual não atingiu ainda nem o limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque essa lei tem três limites, o limite de alerta, o limite prudencial e o limite máximo. Esse é o controle do gasto com o funcionalismo público. O limite de alerta é de 44%; o limite prudencial, 46; e o limite máximo seria 49 por cento. O fato é que o governo está gastando apenas 43,96 por cento. Então ele não atingiu nenhum dos três limites. O governo nunca atingiu o limite de alerta, mesmo na época da boa arrecadação do Estado. O governo sempre arrochou e defasou o salário dos servidores. Essa é uma prática do PSDB há muitos anos no Estado, de implantar uma política de ódio e de ataque aos servidores estaduais de todas as Secretarias, de todos os setores, e de desrespeito, de ataque, e também de violação da Lei da Data-base Salarial, tudo em nome do ajuste fiscal, tudo em nome da transferência de recursos públicos para os credores da dívida pública. É isso que o governo vem fazendo.

Então, quero aqui dizer que o governador está sendo mais realista que o rei, como sempre, porque não há necessidade de assinar um acordo com a União, não há necessidade de arrocho salarial, até porque existe espaço aqui para valorizar, de fato, do ponto de vista salarial também, todos os servidores do estado de São Paulo. O governo está mentindo quando diz que está havendo uma grande crise, e além disso o governo não debate aqui a dívida ativa, que é bilionária, que ele não cobra, a política de desoneração, que beneficia vários setores econômicos.

O Tribunal de Contas já julgou as contas do governador, e numa das ressalvas afirmou que, no ano passado, o governo fez uma desoneração de 15 bilhões de reais, sem que houvesse contrapartida para o Estado. Queremos discutir a dívida passiva do Estado com os servidores; há os precatórios, a dívida do governo com a Previdência, com o Ipesp, agora com a São Paulo Previdência. Esse debate o governo não faz, porque o governo deve aos servidores. Então, vamos aprofundar esse debate.

Estou dizendo isso hoje, Sr. Presidente, para demonstrar que o governador Alckmin é candidato à Presidência da República - está disputando com o Doria - e quer mostrar serviço para a lógica do mercado, para os investidores, dizendo que vai fazer ajuste fiscal, que vai continuar contribuindo para que os credores da dívida continuem ganhando muito dinheiro e fiquem cada vez mais ricos, em prejuízo da ampla maioria da população.

Por isso que é muito importante a resistência dos servidores de todos os segmentos da nossa sociedade, e sobretudo a participação tanto no dia 26, aqui na Assembleia Legislativa, à tarde, como também no grande ato do dia 27, na Avenida Paulista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da Sessão Solene a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de homenagear o Sr. Antônio Augusto Amaral de Carvalho, Tuta, criador da Jovem Pan; e da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de comemorar o Dia do Policial Militar Portador de Deficiência Física do Estado de São Paulo.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 10 minutos.

* * *

20 DE OUTUBRO DE 2017
154ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL CAMILO e CARLOS GIANNAZI
Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL CAMILO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Tece críticas à gestão de Geraldo Alckmin no que tange à área da Educação. Informa e repudia o fechamento de duas escolas, em Santos. Posiciona-se contrário à introdução do período integral na Rede Pública de Ensino. Discorre sobre o assunto.
3 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
4 - CORONEL CAMILO
Faz reflexão sobre a desordem urbana, a seu ver, instalada na Capital. Chama a atenção do prefeito João Doria para problemas diversos. Cita, entre os exemplos, uma ocorrência na região do Brás, em que imigrantes enfrentaram a Polícia Militar durante confronto. Sugere a implantação da política de tolerância zero, nos moldes do que foi aplicado em Nova Iorque, pelo ex-prefeito Rudolph Giuliani. Lamenta o assassinato de um policial, nesta madrugada.
5 - CORONEL CAMILO
Assume a Presidência.
6 - CARLOS GIANNAZI
Faz convite para a audiência pública que acontecerá no dia 26/10, às 15 horas, neste Parlamento, para debater o PL 920/17. Tece críticas à matéria que, de acordo com o parlamentar, prevê o congelamento de salários dos servidores estaduais, além do aumento da contribuição previdenciária de 11 para 14% e outras perdas. Combate a falta de investimentos do governo estadual para com o funcionalismo. Informa manifestação popular no dia 27/10, na Avenida Paulista, com a participação de entidades, centrais sindicais, grupos organizados, população e servidores, também em resistência à propositura.
7 - CARLOS GIANNAZI
Comenta a intenção do prefeito João Doria de fornecer um tipo de ração humana para a população mais carente da Capital. Acrescenta que a ideia era também introduzir a farinata nas escolas municipais. Tece críticas ao prefeito, citando cortes feitos em sua gestão, como verbas para a assistência social.
8 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
9 - PRESIDENTE CORONEL CAMILO
Anota o pedido. Faz coro ao discurso do deputado Carlos Giannazi sobre a importância da participação popular em audiência pública que será realizada no dia 26/10, para debater os efeitos do PL 920/17. Agradece aos participantes de sessão solene, nesta manhã, em "Comemoração ao Dia do Policial Militar Portador de Deficiência". Parabeniza os policiais militares pela dedicação na defesa do cidadão. Defere o pedido do deputado Carlos Giannazi. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 23/10, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene em 23/10, às 10 horas, para "Homenagear o Grupamento de Radiopatrulha Aérea da Polícia Militar do Estado de São Paulo". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Camilo.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Coronel Camilo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, público aqui presente, funcionários desta Casa, eu tenho denunciado, sistematicamente, o desmonte da Educação estadual.

Esse desmonte consiste em fechamento de salas, o fechamento de turnos, até mesmo o fechamento de escolas estaduais, procedimento que não para. E não para nem mesmo com aquela derrota histórica do governador Geraldo Alckmin, em 2015, quando ele tentou fechar 94 escolas e houve uma grande resistência dos alunos dessas escolas, com as ocupações de 250 escolas, e o governador foi derrotado.

Ele teve que retirar aquele programa, aquele projeto, e demitiu o secretário de Educação. Todos nós acompanhamos aquele grande acontecimento histórico de derrota do governador Geraldo Alckmin. Imagina fechar escolas no estado de São Paulo; isso é um absurdo, é um crime!

Mas o governador Geraldo Alckmin não desistiu, porque ele continuou fechando não as escolas, mas os turnos, salas e mais salas foram fechadas através de várias manobras no processo de matrícula que ele controla pelos computadores, pelo sistema online. O fato é que agora ele voltou com carga total. Há duas semanas eu fiz uma denúncia aqui de duas escolas que o governo estadual está fechando em Santos. Duas escolas serão fechadas pela Secretaria da Educação na cidade de Santos. O Governo tenta, de uma forma compulsória, em muitas escolas, introduzir a escola de tempo integral no ensino médio. Nós não somos contra a escola de tempo integral. Acontece que o Governo está tentando introduzir a escola de tempo integral em regiões onde não há essa possibilidade, porque numa escola com 1500 alunos quando é introduzido o período integral, a escola só atende 500 alunos, os outros alunos serão transferidos para outras escolas, sem estrutura, escolas já superlotadas.

Então, estamos vivendo um desmonte da rede estadual já há um bom tempo. Portanto, do ponto de vista físico, como humano, também, com a falta de servidores, pois o Governo não contrata servidores para o quadro de apoio, não temos agentes de organização escolar, não temos professores. Mas agora o Governo está, literalmente, fechando escolas.

Eu estou preocupado porque estou acompanhando um caso aqui da Capital, da Escola Estadual Miss Browne, que é uma escola da Diretoria Centro, situada em Perdizes. Essa é uma escola histórica, uma escola que atende a centenas de alunos e que foi uma das escolas ocupadas em 2015, porque o governador queria a fechar essa Escola Estadual Miss Browne. Essa escola seria fechada. Ela estava no pacote das 94 escolas que seriam fechadas. Como houve ma grande resistência, o governador teve que retirar aquele projeto. No final, aquele movimento teve o apoio da Defensoria Pública, do Ministério Público e até mesmo do Tribunal de Justiça. Enfim, esse movimento teve o apoio de toda a sociedade.

Só que agora o Governo volta com carga total tentando fechar a escola. Recebemos uma gravíssima denúncia que já estamos apurando junto à Secretaria Estadual de Educação de que uma parte da escola será fechada para abrigar um prédio da burocracia da Secretaria de Educação. Eles querem transferir para as instalações de uma escola estadual, que atende centenas de alunos do ensino fundamental e médio. Eles querem transferir a Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste. Quer dizer, nem é Centro, a Escola Miss Browne pertence a essa diretoria, mas vão transferir a outra diretoria de ensino para uma parte desse prédio. Logicamente, o objetivo é ir fechando gradativamente a escola. Segundo informações que recebi, a escola só terá, com a vinda dessa Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste, quatro salas. Hoje tem sete, oito salas. É um absurdo. Os alunos serão transferidos para outras escolas, talvez distantes daquela região. É um verdadeiro atentando, Sr. Presidente.

Vamos acionar o Ministério Público, a Comissão de Educação, e estamos fazendo uma indicação hoje mesmo para a Secretaria da Educação. Nós vamos tomar todas as providências porque é um absurdo fechar escola no estado de São Paulo. Essa não é a primeira, nem a segunda. Na semana passada, eu falei de duas escolas de Santos, e tenho denunciado exaustivamente o fechamento de salas, turnos, e também da tentativa do governo de impor em algumas escolas, em algumas regiões, a escola de tempo integral no ensino médio, que prejudica imensamente a maioria dos alunos.

Era esse o pronunciamento que queria fazer hoje, Sr. Presidente. Vamos tomar providências imediatas, o que já estamos fazendo em relação à Escola Estadual Miss Browne na região de Perdizes, da Diretoria Centro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, todos os presentes, telespectadores da TV Assembleia. Eu venho mais uma vez aqui falar de um grande problema que temos nos grandes centros, mas que, na cidade de São Paulo, está demais. Vim falar sobre a desordem urbana que diminui a nossa qualidade de vida. Essa semana nós tivemos cenas incomuns que, infelizmente, deveriam ser cada vez menores. Mas estamos vendo que está acontecendo o contrário. Ou seja, a desordem está se instalando na cidade de São Paulo.

Fica aqui o nosso recado ao nosso prefeito Doria, ao nosso secretário de Segurança Urbana, José Roberto, e a todos que estão empenhados nesse trabalho na Prefeitura de São Paulo. Tivemos, no Brás, uma revolta dos camelôs contra os policiais militares que estavam tentando colocar ordem naquela região. Estava tendo lá um comércio ilegal de mercadorias de origem duvidosa e, assim, houve um enfrentamento dos camelôs. E descobrimos, pela própria imprensa, que eram senegaleses, ou haitianos, no enfrentamento à Polícia de São Paulo.

São Paulo é sempre acolhedora, mas não podemos permitir que pessoas venham, inclusive de outros países, para causar desordem na cidade de São Paulo. A lei vale para todos, para quem vem de fora e para quem está aqui. A lei deve ser respeitada.

Fica aí o recado ao nosso prefeito, ao secretário de Segurança Urbana. Isso é prevenção primária. Vamos dar mais atenção a essa desordem da Capital para que isso melhore para evitar esses confrontos. Todos nós sabemos da importância da prevenção primária, porque o que aconteceu no Brás é crime, e essas pessoas desordeiras precisam ser responsabilizadas. Nós temos de parar de passar a mão na cabeça do infrator da lei, de tratar com paternalismo essas pessoas. Parece um crime menor, mas vai levar a crimes maiores. Por isso, a importância da prevenção primária.

O crime sempre tem três lados: o infrator, a vítima e o ambiente, que é responsável por 60% dos crimes. Já diz a Teoria das Janelas Quebradas, de George Killing.

Nós precisamos implantar um pouco mais na cidade de São Paulo o que fez o prefeito Giuliani em Nova York com o Tolerância Zero. Eu não preciso ser tão drástico como lá porque aqui os órgãos do governo não conseguem atender, como lá, as reivindicações da própria sociedade, mas eu não posso permitir crime a céu aberto durante o dia, confronto com a Polícia. Se durante o dia está ocorrendo confronto com a Polícia, imaginem o que está acontecendo à noite. Ou seja, mais um grande problema para o nosso policial.

Dentro dessa linha ainda quero fazer um destaque e lamentar a morte do policial militar cabo Etori Placido. Estava chegando em casa de moto com sua mulher Maria Elisabete Clorado quando houve uma tentativa de assalto. Descobriram que era policial. Ele reagiu e acabou sendo alvejado e morto. Sua mulher, Maria Elisabete Clorado, foi ferida e levada para o hospital. Esta inversão de valores é que leva tudo isso à agressão: agressão aos policiais, agressão aos agentes da lei. Certos estão lá em Brasília o major Olímpio, o capitão Augusto - e aqueles que militam pela Segurança Pública - em tornar mais rígidas as leis àqueles que investirem contra os agentes de segurança, contra os agentes do estado, como a maioria dos países fazem: ou seja, agredir alguém do estado tem a pena agravada ou às vezes, como é em alguns estados americanos, responde por dois crimes: o crime propriamente dito de agressão e o crime de estar agindo contra um agente do estado.

Então fica aqui o sentimento de pesar à família do nosso Etori, que nos deixou, e os votos de que a Maria Elisabete se restabeleça logo.

Vamos mudar este País começando pelas escolas.